

Parcerias entre a Escola e as Organizações Comunitárias na formação de cidadãos: O caso do Projeto Redes na Quint@

Partnerships between Schools and Community Organisations in the training of citizens: The case of the Redes na Quint@ Project

Colaboraciones entre Escuelas y Organizaciones Comunitarias en la formación de ciudadanos: El caso del Proyecto Redes na Quint@

Jenny Sousa

CICS.NOVA.IPLeiria, CI&DEI, CLLC, ESECS, Politécnico de Leiria
jenny.sousa@ipleiria.pt

Antónia Barreto

ESECS, CI&DEI, Politécnico de Leiria
antonia@ipleiria.pt

Carolina Cravo

Técnica Superior – InPulsar (Associação para o Desenvolvimento Comunitário)

Resumo

A escola é uma das instituições a quem compete a preparação dos cidadãos de amanhã, promovendo competências para uma cultura democrática e aprendizagens com impacto a nível cívico, ou seja, no relacionamento interpessoal e intercultural. Ao estabelecer parcerias com outras organizações comunitárias de intervenção social, a escola promove a criação de sinergias e recursos, encontrando soluções de complementaridade na preparação de alunos mais conscientes. Nesta linha de orientação, o Agrupamento de Escolas de Marrazes - Leiria é parceiro de várias organizações da sociedade civil, designadamente do projeto Redes na Quint@, que tem como principal objetivo o desenvolvimento de competências intelectuais, pessoais e sociais das crianças e jovens que nele participam. A parceria entre o Agrupamento de Escolas e o projeto Redes na Quint@ demonstra que é possível desenvolver práticas promotoras de democracia, através da participação plural e responsável, onde todos têm um papel determinante na construção de sociedades mais justas e inclusivas, num quadro de respeito pela diversidade.

Palavras-chave: Escola; parcerias institucionais; competências pessoais e sociais; educação para a cidadania.

Abstract

The school is one of the institutions responsible for preparing tomorrow's citizens, promoting skills for a democratic culture and learning that has an impact on civic life, i.e. interpersonal and intercultural relationships. By establishing partnerships with other community social organisations, the school promotes the creation of synergies and resources, finding complementary solutions in the preparation of more aware students. Along these lines, Agrupamento de Escolas de Marrazes - Leiria is a partner of various civil society organisations, specifically the Redes na Quint@ project, whose main aim is to develop the intellectual, personal and social skills of the children and young people who take part in it. The partnership between the School Group and the Redes na Quint@ project demonstrates that it is possible to develop practices that promote democracy through plural and responsible participation, where everyone has a decisive role to play in building fairer and more inclusive societies, within a framework of respect for diversity.

Keywords: School; institutional partnerships; personal and social skills; citizenship education.

Resumen

La escuela es una de las instituciones responsables de preparar a los ciudadanos del mañana, promoviendo competencias para una cultura democrática y un aprendizaje que repercute en la vida cívica, es decir, en las relaciones interpersonales e interculturales. Al establecer asociaciones con otras organizaciones sociales de la comunidad, la escuela promueve la creación de sinergias y recursos, encontrando soluciones complementarias en la preparación de alumnos más conscientes. En esta línea, el Agrupamento de Escolas de Marrazes - Leiria trabaja conjuntamente con diversas organizaciones de la sociedad civil, concretamente con el proyecto Redes na Quint@, cuyo principal objetivo es desarrollar las capacidades intelectuales, personales y sociales de los niños y jóvenes que participan en él. La asociación entre el Grupo Escolar y el proyecto Redes na Quint@ demuestra que es posible desarrollar prácticas que promuevan la democracia a través de una participación plural y responsable, en la que todos tengan un papel decisivo en la construcción de sociedades más justas e inclusivas, en un marco de respeto a la diversidad.

Palabras clave: Escuela; asociaciones institucionales; competencias personales y sociales; educación para la ciudadanía.

Introdução

Nos dias de hoje, a escola pode ser um local de significativa importância para o exercício da cidadania e da participação social. Tendo como prioridade o acesso à educação inclusiva e de qualidade, o desenvolvimento de estratégias educativas diferenciadas, que assentam em valores e princípios de cidadania, é um aspeto crucial. Em bom rigor, não se pode esquecer que “a escola é o centro de desenvolvimento de competências que associam predisposições individuais e interesse coletivo através da criação de situações de aprendizagem colaborativa em que se revelam as dificuldades e os contributos de cada um” (Silva, 2022, p. 31) e, como tal, a prática

de ações com uma forte interface entre a escola e as organizações comunitárias são um aspeto de grande valor. Isto significa que as escolas devem ter autonomia para um desenvolvimento curricular adequado a contextos específicos e às necessidades dos seus alunos, onde as parcerias com entidades externas à escola se podem constituir como referenciais na abordagem dos diferentes domínios da cidadania (Monteiro et al., 2017).

Em contexto português, a relação entre a escola e as instituições externas tem vindo a ganhar cada vez mais destaque, potenciando soluções de complementaridade e convergência capazes de gerar sinergias locais e regionais que, de forma contextualizada, contribuem para o desenvolvimento de experiências reais de participação e de vivência da cidadania (DGEEC, 2012).

Tendo como pano de fundo a ideia de que a diversidade de metodologias e de práticas pedagógicas deve levar ao desenvolvimento de competências cognitivas, pessoais, sociais e emocionais, num ciclo contínuo e em progressão de “reflexão-antecipação-ação”, em que os alunos aprendem através dos desafios da vida real, indo para além da sala de aula e da escola (Martins et al., 2017), será apresentado o Projeto Redes na Quint@, desenvolvido através de uma parceria entre o Agrupamento de Escolas de Marrazes, em Leiria, e a Associação InPulsar.

Assim sendo, o presente texto encontra-se dividido do seguinte modo: num primeiro momento, serão realizadas algumas reflexões e abordagens relativamente à escola do século XXI, focando a importância que a escola de hoje tem na construção das sociedades. No segundo momento, reflete-se sobre a importância das parcerias com entidades externas à escola na aquisição e no desenvolvimento de competências cívicas e sociais e no terceiro momento é apresentado um caso concreto de um projeto que assenta neste tipo de parcerias, o Redes na Quint@. Por fim, apresentam-se as conclusões.

A escola do século XXI: reflexões e abordagens

A escola tem um papel determinante na construção das sociedades atuais e dos valores que se querem a vigorar (Silva, 2022). Assim, a Escola de hoje, de base inclusiva e para Todos, ancora em três eixos principais: educar para a cidadania, para a transformação social e para o bem-estar coletivo, tal como defendido na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Monteiro et al., 2017). Por isso, preocupa-se com a promoção da participação social, mais objetivamente, com o direito de cidadania e o exercício de democracia, numa lógica que se vincula à perspetiva democrática (Giugliani et al., 2020).

O texto *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (Martins et al., 2017), documento orientador do ensino contemporâneo português, estabelece uma matriz de princípios, valores e áreas de competências que capacitam para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida. Em bom rigor, e na senda do defendido por Cristina Silva (2022), procura promover a “autonomia de pensamento e ação, a capacidade de reflexão, a disponibilidade para agir e participar, a capacidade para decifrar os códigos democráticos da participação na vida pública” (p. 35).

Neste quadro, tomam especial destaque as estratégias educativas ancoradas em “atividades coletivas que proporcionam vivências solidárias e de exercício da cidadania” (Giugliani,



2020, p. 77), praticando ações de interface entre a escola e as organizações comunitárias. Seguindo esta linha de argumentação, toma especial destaque a criação de soluções de complementaridade e de sinergias com instituições comunitárias de intervenção social, sejam elas organizações não-governamentais, autarquias ou associações juvenis (Dubet & Durut-Belat, 2020). Assim, atender às necessidades das comunidades do presente e do futuro obriga a rever as metodologias e os conteúdos de ensino, uma vez que se pretende a preparação de cidadãos capazes de lidar com o incerto, com o complexo e com o diverso, numa era pautada pela informação e pela velocidade da sua divulgação (Gómez, 2010).

Os modelos educativos usados nos séculos anteriores ficam aquém daquilo que é exigido à escola atual, pois “a contemporaneidade não se compadece com o ensino em que se trabalha com atividades abstratas e descontextualizadas e em que se desenvolvem habilidades mecânicas, de repetição, facilmente executáveis por máquinas” (Xavier, 2015, p. 33). Na verdade, e tal como já se viu, o desafio, atualmente, vai muito além: pretende-se uma escola de base holística, ao nível de experiências e saberes, que enquadra de modo interdisciplinar o currículo. Neste sentido, o caminho a ser trilhado passa pela utilização de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, numa abordagem em que se propõem novos desafios aos alunos, possibilitando-lhes ocupar o lugar de sujeitos na construção do conhecimento (Morin, 2010). Como eixo estruturador está, portanto, a preparação dos cidadãos de amanhã, promovendo competências para uma cultura democrática e aprendizagens com impacto na atitude cívica individual, nacional e europeia, ou seja, no relacionamento interpessoal e intercultural.

A partir dos determinantes expostos, é evidente a ligação entre a escola e a sociedade, com efeitos explícitos de uma sobre a outra. Por isso, reitera-se a importância da escola enquanto meio privilegiado de transformação social e como ferramenta vital na “construção sólida de formação humanística de alunos, para que assumam a sua cidadania garantindo o respeito pelos valores democráticos básicos e pelos direitos humanos, tanto a nível individual como social” (Monteiro et al., 2017, p.3). Nesta construção, não podem ser esquecidas as questões relacionadas com a “sustentabilidade, a interculturalidade, a igualdade, a identidade, a participação na vida democrática, a inovação e a criatividade” (Monteiro et al., 2017, p.5), formando cidadãos capazes de interagir consigo próprios, entre si e com o mundo que os rodeia (Gómez, 2010).

Nesta perspetiva, a escola tem um impacto tridimensional, ou seja, tem repercussões na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural e, como tal, “deve assentar as suas práticas quotidianas em valores e princípios de cidadania, de forma a criar um clima aberto e livre para a discussão ativa das decisões que afetam a vida de todos” (Monteiro et al., 2017, p.9). Nesta íntima relação com a sociedade, a escola prepara as novas gerações para uma convivência plural e democrática: “espera-se que os alunos possam saber atuar de forma autónoma, por via a construir critérios próprios de sentir e agir, fortalecendo a sua individualidade, com liberdade e responsabilidade” (Xavier, 2015, p. 31). Em suma, educa para a cidadania.

Falar em educação para a cidadania significa criar condições para que os alunos desenvolvam conhecimentos em diversas áreas relacionadas com a cidadania, capacitando para o sucesso individual, mas também para a cidadania global, onde as questões associadas às dimensões eu-

ropeia e internacional são fundamentais (Dubet & Durut-Belat, 2020). É importante não esquecer que vivemos num mundo com problemas globais, que requer um movimento educacional amplo e exigente; por isso, almeja-se uma educação que favoreça o desenvolvimento sustentável e que capacite os educandos para tomar decisões informadas e adotar ações responsáveis numa lógica de bem-estar coletivo (Prensky, 2007).

Neste desiderato, a diversidade e a complexidade têm de ser tidas em conta, uma vez que se pretende “criar um quadro de referência que pressuponha a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade” (Martins et al., 2017, p.3), consistente com a visão de futuro definida como relevante para os jovens portugueses do nosso tempo.

Na concretização deste perfil, cabe à escola criar um “ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, onde os alunos adquiram múltiplas literacias que precisam de mobilizar” (Martins et al., 2017, p.7) na construção de ferramentas essenciais para o exercício de uma cidadania plena, ativa e criativa, tal como defendido no relatório da UNESCO (2021) “*Reimagining our futures together: A new social contract for education*”. Por isso, é fundamental “promover de modo sistemático e intencional, na sala de aula e fora dela, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em valores” (Martins et al., 2017, p.27).

Pelo exposto até ao momento, sublinha-se que ensinar de acordo com velhos modelos será cada vez mais difícil e descontextualizado. Refutando as abordagens de séculos anteriores, o paradigma relevante para a escola atual valoriza a associação entre experiência e saber, em que o conhecimento se constrói em ação e em reflexão sobre a ação e, para isso, “a aprendizagem escolar tem de ter relação com a vivência em sociedade, pois as aprendizagens mais significativas e duradoras são as que adquirem sentido na relação que estabelecem com o mundo” (Xavier, 2015, p. 34). Neste ponto de vista, a educação não está separada da vida comunitária, mas antes faz parte dela, obrigando a um trabalho de articulação com a sociedade civil, onde se aprende a cidadania, vivendo-a.

Parcerias com entidades externas à escola: aprender através da participação

Depois do ponto anterior, onde se intentou um enquadramento das perspetivas contemporâneas da educação para a cidadania democrática e o desenvolvimento da participação social, refletir-se-á agora sobre a importância das parcerias com entidades externas à escola na aquisição e no desenvolvimento de competências cívicas e sociais, isto é, da relevância de os alunos participarem em atividades que são realizadas fora da escola numa lógica de promoção de uma cidadania ativa (Gómez, 2010; Giugliani et al., 2020).

Em contexto português, a relação entre a escola e as instituições externas tem vindo a ganhar cada vez mais destaque, potenciando soluções de complementaridade e convergência capazes de gerar sinergias locais e regionais que, de forma contextualizada, contribuem para o desenvolvimento de experiências reais de participação e de vivência da cidadania (DGEEC, 2012).

Neste quadro, não ficam esquecidas as dimensões europeia e internacional, procurando-se o envolvimento dos alunos em atividades permitam a aquisição de conhecimentos e competências que vão para além da sua comunidade de pertença.

É de notar que estas parcerias permitem uma educação que valoriza as especificidades e as realidades, em detrimento de abordagens abstratas e descontextualizadas da vida real (Monteiro et al., 2017). Com efeito, trata-se de incentivar a “aprendizagem pela prática”, aspeto de suma importância numa área que exige a aquisição de competências práticas e a experiência concreta da vida social e política (DGEEC, 2012; Giugliani et al., 2020), como é o caso da educação para a cidadania.

Uma breve análise ao contexto europeu permite perceber que os estados-membros carecem de cidadãos que intervenham social e politicamente, numa lógica de coesão social e de respeito pelos valores democráticos fundamentais, especialmente numa época de crescente diversidade social e cultural. Por isso, educar para a cidadania implica um processo global, que não se pode limitar ao ensino formal na sala de aula, mas que proponha a realização de atividades comunitárias de caráter cívico. Assim, através de colaborações com grupos ou organizações externas, cabe à escola criar as parcerias adequadas e proporcionar as melhores oportunidades para os alunos se envolverem ativamente em projetos cívicos (Silva, 2022; Prensky, 2007).

É oportuno recordar que a escola de hoje procura a inclusão e a promoção de aprendizagens significativas para todos, enquanto alicerces para a cidadania. Tal implica fomentar a aprendizagem em contextos formais e não formais, reforçando a transversalidade de contextos educativos bem como, a consciência do seu valor no que se refere à dimensão educativa e ao impacto social (Prensky, 2007). Nestas conexões entre indivíduo e sociedade consolida-se, também, a relevância social dos projetos educativos de cariz inovador, habilitando os jovens com saberes e valores para a construção de comunidades mais justas e mais centradas na dignidade humana (UNESCO, 2021).

No trabalho desenvolvido com instituições externas à escola, os alunos são convidados a convocar diferentes conhecimentos, de matriz científica, mas também humanista, mobilizando diferentes metodologias e ferramentas. Em termos concretos, porque são oferecidas oportunidades para aprender e experimentar a educação para a cidadania em diferentes âmbitos, o aluno mobiliza novas ideias e soluções, de forma imaginativa e inovadora, como resultado da interação com outros ou da reflexão pessoal, aplicando-as a diferentes contextos e áreas de aprendizagem (Martins et al., 2017), numa lógica de conceção e experimentação não abstrata de cidadania.

O desenvolvimento de atividades cívicas na comunidade, organizadas pela escola em colaboração com grupos ou organizações externas, enquanto ajuda os alunos a desenvolver as competências essenciais para o século XXI, também favorece a ligação entre a escola e a comunidade (DGEEC, 2012). Nesta relação concretizam-se aprendizagens através da participação plural e responsável de todos na construção de melhores cidadãos/cidadãs e, concomitantemente, de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos Direitos Humanos.

Em síntese, a escola de hoje, que se preocupa com a mobilização de valores e competências no âmbito de uma melhor preparação dos futuros cidadãos da Europa, tem em consideração

que educar para a cidadania democrática implica estabelecer parcerias com entidades externas à escola (Monteiro et al., 2017). Estas parcerias devem ser desenvolvidas, preferencialmente, com entidades da comunidade, numa lógica de trabalho em rede. Neste desiderato, a conceção e o desenvolvimento de projetos deve partir de necessidades, recursos e potencialidades da comunidade, corporizando situações reais de qualificação individual e vivência da cidadania. Tendo por base as ideias levantadas até ao momento, será apresentado no ponto seguinte um caso concreto de um projeto que assenta neste tipo de parcerias, consistindo num exemplo ilustrativo da perspetiva defendida nos pontos anteriores.

O projeto Redes na Quint@

O Agrupamento de Escolas de Marrazes (AEM) e a Escola Secundária Afonso Lopes Vieira (ESALV) servem o território educativo constituído pela união das Freguesias de Marrazes e Barosa, Amor e Ribeira de Pontes, no concelho de Leiria, na zona centro de Portugal.

Na freguesia de Marrazes ficam as urbanizações da Quinta do Alçada e do Bairro Sá Carneiro (bairro construído para realojar pessoas vindas das ex-colónias). Estas urbanizações são marcadamente multiculturais, com prevalência das comunidades marroquina, brasileira, ucraniana e de outros países do leste europeu, bem como, de portugueses com índices de pobreza elevados. Trata-se de territórios de habitação de baixo custo, com problemas sociais vastamente identificados em sucessivos Diagnósticos Sociais do concelho de Leiria, que coincidem na identificação das causas que contribuem para essa situação: precariedade laboral das famílias, baixo nível de instrução geral da população e falta de oportunidades.

O AEM é uma escola Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP) desde o ano letivo 2009-2010. Como se pode verificar no Despacho normativo n.º 20/2012, os TEIP procuram a promoção e o apoio ao desenvolvimento de projetos educativos que visem a melhoria da qualidade educativa, a promoção do sucesso escolar, da transição para a vida ativa, bem como a integração comunitária. Assim, o AEM tem beneficiado de apoios específicos do Ministério da Educação para a prevenção e redução do abandono escolar, combate ao absentismo, diminuição da indisciplina e promoção do sucesso académico. Neste âmbito estão implícitas as aquisições intelectuais, artísticas e motoras e as competências pessoais e sociais enunciadas no perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória (Martins et al., 2017).

A comunidade educativa é bastante alargada e reflete o contexto em que está inserida. No ano letivo 2019/2020, 1947 alunos frequentaram o Agrupamento de Escolas de Marrazes, 888 no 1ºCEB, 323 no 2ºCEB e 285 no 3ºCEB. Destes, 38% beneficiaram da ação social escolar (ASE) e a maioria dos Encarregados de Educação apresentava habilitações inferiores ao secundário. Para esse mesmo ano, 92 alunos apresentavam Necessidades Especiais, verificando-se uma maior concentração na EB1 da Quinta do Alçada. As taxas de retenção no 2º e 8º ano no AEM foram as mais elevadas do concelho de Leiria (8% e 9,21%) e um elevado índice de alunos transitou para o ano seguinte com negativa a português e matemática (20%), tal como se pode ler no relatório preliminar da Carta Educativa 2030, da Câmara Municipal de Leiria (CML, 2020).

Conforme identificado no Projeto Educativo 2022-2026, do Agrupamento de Escolas de Marrazes (AEM, 2023), a indisciplina e a violência são fenómenos muito presentes, que se traduzem frequentemente em confrontos verbais e físicos entre pares e entre estudantes e agentes educativos. Estes conflitos extravasam os limites das escolas e é frequente registar-se também o envolvimento de familiares e conhecidos dos estudantes. Estas situações decorrem de contextos de famílias multiproblemáticas; rivalidades/conflitos entre pessoas com diferentes origens culturais ou de bairros rivais e estereótipos associados às origens das famílias. Daí que o AEM defina como prioritário promover estratégias de intervenção precoce sobre conflitualidade, incivilidade, violência e agressividade interpessoal.

Tal como já foi referido, a multiculturalidade é uma realidade no Agrupamento de Escolas dos Marrazes. Do total de alunos do agrupamento, 5,4% não tem nacionalidade portuguesa e 23% são alunos estrangeiros, existindo uma grande expressão das comunidades marroquina, ucraniana, russa e brasileira (CML, 2020). A maior parte destes alunos constitui o grupo de crianças e adolescentes participantes no projeto Redes na Quint@.

O projeto Redes na Quint@ dirige-se a crianças e jovens de contextos sociais vulneráveis com risco psicossocial identificado, nomeadamente com insucesso escolar, com comportamentos desviantes, em situação de absentismo escolar, entre outros. Para a implementação do projeto Redes na Quint@, a associação InPulsar - Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Leiria e entidade promotora e gestora do projeto - concorreu ao cofinanciamento do Programa Escolhas - programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e posteriormente integrado no Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.).

No que se refere aos objetivos, e tal como se pode ler na página web, o Programa Escolhas visa promover a integração social, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social e destina-se a todas as crianças e jovens, particularmente as provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica. É financiado pelo Orçamento do Estado, com o cofinanciamento do Fundo Social Europeu/Portugal 2020 e Programas Operacionais Regionais de Lisboa e Algarve.

No seu surgimento, o Programa Escolhas visava a prevenção da criminalidade e a inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Partindo desta experiência e da aprendizagem obtida, o Programa abriu-se a novos desafios, e a sua ação foi sendo redirecionada e o seu modelo de atuação reconfigurado. A prevenção da criminalidade deu lugar à promoção da inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente, de crianças e jovens descendentes de migrantes e ciganos/as, visando a igualdade, a não discriminação e o reforço da coesão social. Para além disso, passou a basear-se em projetos localmente planeados por instituições locais (escolas, centros de formação, associações, IPSS, entre outras), às quais foi lançado o desafio de conceber, implementar e avaliar projetos de índole social e educativa, reforçando a capacidade de intervenção no domínio da inclusão social. Consequentemente, o Governo decidiu reforçar a sua presença no terreno, tendo para isso aumentado o financiamento global e o número de projetos a apoiar.

Hoje, o programa Escolhas visa o reforço da empregabilidade e formação profissional, uma maior diferenciação dos públicos-alvo, a consolidação dos consórcios, a diferenciação e modu-

laridade no seu financiamento, a adoção de um modelo misto de acesso a recursos, a formação centrada em produtos e, ainda, a um maior apoio a iniciativas dos/as jovens e incentivo à sua participação. Destaca-se, igualmente, a criação da figura do Dinamizador Comunitário, jovem com perfil de liderança positiva, para reforçar as equipas dos projetos locais, tal como explicado no sítio eletrónico do Programa.

Criação e Gestão do Projeto

No seu arranque, em abril de 2016, o Projeto Redes na Quint@-E6G, promovido pela associação InPulsar, integrou a 6ª geração do Programa Escolhas, que durou até dezembro de 2018. Posteriormente, integrou a 7ª geração, entre abril de 2019 e dezembro de 2020, estando atualmente na 8ª geração. É o único projeto no concelho de Leiria apoiado financeiramente pelo Programa Escolhas. A transição entre as gerações tem sido garantida com o financiamento da Câmara Municipal de Leiria e da União de Freguesias de Marrazes e Barosa.

Em termos operativos, segue um modelo de gestão por consórcio, do qual fazem parte diversas instituições locais, de diferentes setores relevantes para a intervenção em causa. No início, o consórcio de gestão era composto por oito instituições: InPulsar, Agrupamento de Escolas de Marrazes e Escola Secundária Afonso Lopes Vieira; Poder Local: Câmara Municipal de Leiria e União de Freguesias de Marrazes e Barosa; Saúde: ARS Centro - Centro de Respostas Integradas de Leiria (CRI/Leiria); Crianças e Jovens: Comissão de Proteção para as Crianças e Jovens (CPCJ de Leiria) e Terceiro Setor: Rede Europeia Anti-Pobreza núcleo de Leiria (EAPN/Leiria).

Posteriormente, na 7ª geração juntou-se a instituição de ensino superior local, o Instituto Politécnico de Leiria, como parceiro estratégico na área das Novas Tecnologias de Informação.

Na 8ª geração juntou-se mais um parceiro na área da saúde, a ARS-Centro Unidade de Cuidados na Comunidade Dr. Arnaldo Sampaio (UCC A.S.), tendo saído a Escola Secundária Afonso Lopes Vieira por questões relacionadas com a faixa etária de participantes do projeto.

Todos os membros do Consórcio estão envolvidos e comprometidos com os objetivos do projeto, existindo um amplo trabalho em rede. Para além disso, todos os Membros do Consórcio disponibilizam na altura da candidatura algum tipo de contributo (em género ou financeiro) para o projeto. A título de exemplo: transporte para as saídas ao exterior; bicicletas para utilização no verão; salas para realização de atividades; campos desportivos; arrendamento das instalações do projeto; recursos humanos para a dinamização de atividades; recursos pedagógicos e didáticos, entre outros. Ao longo dos meses de execução do projeto esses contributos são efetivados.

O conhecimento e a confiança conquistados no âmbito do Consórcio ao longo das diferentes gerações do programa têm sido cruciais no sucesso dos resultados e permitiram o aprofundamento da relação com a comunidade e a continuidade da intervenção de uma forma consolidada. Também a complementaridade e o cruzamento das mais-valias e forças de todos permitem uma resposta mais eficaz e eficiente às necessidades dos participantes, das suas famílias e da comunidade em geral. Neste quadro, o trabalho em rede é uma das grandes forças em prol da atuação do Redes na Quint@ no terreno.

A implementação

Tal como já foi aflorado nos pontos anteriores, o principal problema identificado no território a exigir intervenção da escola e de entidades parceiras foi a existência de crianças e jovens com comportamentos de risco e que põem em causa a sua saúde, educação, segurança e desenvolvimento, sem oposição e/ou envolvimento adequado da família.

Paralelamente, e como também já se apresentou anteriormente, constatou-se a existência de outras problemáticas associadas, designadamente: insucesso e indisciplina no contexto escolar; conflitos e rivalidades entre jovens com diferentes origens culturais ou de bairros rivais; desocupação das crianças e jovens nos períodos pós-letivos e de férias, ficando muito tempo sem acompanhamento e enveredando em comportamentos de risco e/ou desviantes; consumo de substâncias ilícitas por parte de jovens, sobretudo desocupados; dificuldades económicas das famílias; dificuldade das famílias de se orientarem na resolução dos seus problemas. Identificou-se, ainda, uma fragilidade dos laços de vizinhança e de entreajuda e são quase inexistentes estruturas de envolvimento comunitário porque é uma zona com representação social bastante negativa (InPulsar, 2018, 2019).

A consciência destes problemas levou ao estreitamento da relação de parceria entre a AEM e a gestão do Projeto Redes na Quint@, que passou a operacionalizar-se a vários níveis: ao nível do encaminhamento de alunos em risco ou que possam ficar entregues a si próprios sem supervisão e orientação de um adulto; ao nível do empréstimo de salas e da própria escola para a realização de atividades; ao nível do empréstimo de materiais específicos, como bicicletas e equipamentos desportivos. Os planos trimestrais de atividades passaram a contemplar a ativação de sinergias e a realização conjunta de atividades, particularmente com recurso aos membros do consórcio que, na qualidade de parceiros privilegiados, implementam uma maior eficácia e eficiência às ações no terreno.

As atividades de apoio escolar acontecem diariamente, durante o período letivo, em resposta às necessidades das crianças e jovens. Podem ainda ser complementadas com terapias especializadas de psicologia e terapia da fala, mediante uma avaliação de necessidades, feita em parceria com as professoras tutoras da AEM. O princípio base é a não sobreposição de ações e o superior e atual interesse das crianças e jovens, com vista ao seu desenvolvimento pleno. No caso de alunos com planos de recuperação escolar são criados planos articulados entre a AEM e o Projeto. A atividade de animação de recreios, através da proposta de dinâmicas de grupo e jogos tradicionais, é realizada por membros da equipa do Projeto, com vista à mitigação de conflitos interpares que ocorrem com frequência nos momentos de pausa. Trata-se de uma articulação direta com a escola, que diagnostica um problema e procura soluções inovadoras e criativas (Giugliani et al., 2020).

No Redes na Quint@, tal como em todos os projetos financiados pelo Programa Escolhas, existe um Centro de Inclusão Digital, dotado de computadores, ligados à internet, onde se promove o desenvolvimento de competências digitais e a familiarização com as novas tecnologias de informação, promovendo a universalização do acesso e a consolidação de aprendizagens, enquanto alicerces para a cidadania, num trabalho que pretende ser complementar ao da escola.

O Projeto desenvolve, ainda, outras atividades de educação não formal, que complementam a formação académica, enquanto ajudam os alunos a desenvolver as competências essenciais

para o século XXI, onde a relação entre a escola e a comunidade assume um papel de destaque (Monteiro et al., 2017; Martins et al., 2017; Silva, 2022). São apresentados a seguir dois exemplos destas atividades:

A Sensibilização para a responsabilidade social de Erradicação da Pobreza

Anualmente, no dia 17 de outubro, é organizada uma iniciativa em parceria com o Núcleo de Leiria da EAPN/Portugal, de forma a promover a reflexão sobre o conceito de pobreza, exclusão social e discutir formas de combater estes fenómenos.

Em 2017, após a realização de vários grupos de discussão, foi realizado um vídeo onde foram reunidos os resultados das reflexões conjuntas em torno dos temas: “Para mim a pobreza é...”; “Para mim, a riqueza é...”; “Para mim, estar excluído é...”; “Para mim, estar incluído é...” (o vídeo encontra-se disponível em <https://www.facebook.com/redesnaquinta/videos/891087674376430>).

Em 2019, no mesmo âmbito, as reflexões produzidas nas sessões de discussão sobre o tema com a EAPN/Portugal levaram à escolha do slogan: “Ninguém deseja ser pobre”, que serviu de mote para uma arruada, ou seja, manifestação por todo o bairro da Quinta do Alçada. Um grupo de crianças e jovens, em parceria com alguns idosos do Centro de Dia Liga dos Campos do Lis, manifestaram-se contra a pobreza e contra a exclusão social. A realização dos cartazes e banner esteve a cargo dos participantes e foram realizados recorrendo à reutilização de materiais. Esta atividade teve como pano de fundo a ideia da construção de cidadãos que intervenham social e politicamente, numa lógica de coesão social e de respeito pelos valores democráticos fundamentais, especialmente numa época de crescente diversidade social e cultural (Giugliani et al., 2020; Dubet & Durut-Belat, 2020).

A pandemia por Covid-19 provocou alterações no ano de 2020, nomeadamente na reformulação da forma de apresentação dos resultados das sessões de discussão realizadas durante esta altura. Assim, respondendo à pergunta “O que farias para acabar com a pobreza?”, os participantes do Redes na Quint@ juntaram as suas reflexões às de outros núcleos a nível nacional e as sugestões foram sendo publicadas online, ao longo de duas semanas.

Iniciativa 54'

Em 2020, a União de Freguesias de Marrazes e Barosa desafiou o Redes na Quint@-E7G a participar na Iniciativa 54', uma campanha de promoção da prevenção da violência contra as mulheres e da violência doméstica. Foram realizadas sessões de discussão e sensibilização para o tema e como resultado, à semelhança dos outros coletivos que participaram nesta campanha, foi realizado um vídeo de 54 segundos, onde os jovens se expressaram sobre a violência contra as mulheres, utilizando adjetivos para qualificar este fenómeno e chamando a atenção para o número de femicídios decorridos até à data, naquele ano. O vídeo criado pelos alunos está disponível aqui: https://www.youtube.com/watch?v=n5-LY_aglMY.

Para além das iniciativas descritas, o Projeto Redes na Quint@ desenvolve muitas outras, sendo o saldo bastante positivo no que se refere à participação das crianças e jovens: na 6ª geração (de abril de 2016 a dezembro de 2018) estiveram envolvidos 922 participantes, 217 dos quais eram imigrantes ou descendentes de imigrantes (InPulsar, 2018); durante a 7ª geração, com duração entre abril de 2019 e dezembro de 2020, foram envolvidos um total de 268 participantes, 123 dos quais crianças e jovens imigrantes (InPulsar, 2019); até junho de 2021 tinham sido envolvidos 178 participantes em atividades presenciais, 143 dos quais foram crianças e jovens e 78 migrantes ou descendentes de imigrantes.

Em jeito de síntese, o Projeto Redes na Quint@ procura ser um projeto de natureza abrangente, assente na promoção do relacionamento interpessoal, social e intercultural, com o objetivo de contribuir para a construção de uma convivência plural e democrática (Silva, 2022).

Conclusões

O AEM tem vindo a estabelecer uma relação de proximidade e confiança com a comunidade e a criar sinergias com organizações parceiras para a formação de alunos ativos, com espírito crítico, sentido de responsabilidade e práticas de cidadania (Martins et al., 2017; Dubet & Durut-Belat, 2020). Um olhar retrospectivo à implementação do Projeto permite perceber que as iniciativas e as responsabilidades se têm vindo a conjugar, a articular e a melhorar, materializadas na qualidade e eficácia dos resultados (InPulsar, 2018, 2019, 2021). Por isso, a parceria entre o projeto educativo do AEM e o projeto Redes na Quint@ (que, através do Consórcio, envolve inúmeras instituições da comunidade) demonstra que é possível desenvolver boas práticas de educação formal, não-formal e informal, tendo em vista a formação integral do aluno, assente na construção de competências de pensamento e ação, reflexão e disponibilidade para agir, mobilizando os códigos democráticos da participação (Silva, 2022). Procura-se, nesta relação, a concretização de aprendizagens através da participação plural e responsável de todos na construção de melhores cidadãos/cidadãs e, concomitantemente, de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia e da defesa dos Direitos Humanos (Monteiro et al., 2017). Em suma, este projeto demonstra que é possível desenvolver práticas promotoras de democracia, através da participação plural e responsável, onde todos têm um papel determinante na construção de sociedades mais justas e inclusivas, numa lógica de respeito pela diversidade.

Contribuições dos autores

Conceptualização: Jenny Sousa e Antónia Barreto; Metodologia: Jenny Sousa, Antónia Barreto e Carolina Cravo; Investigação: Jenny Sousa, Antónia Barreto e Carolina Cravo; Recursos: Jenny Sousa, Antónia Barreto e Carolina Cravo; Escrita - Esboço original: Jenny Sousa e Antónia Barreto; Escrita - Revisão & Edição: Jenny Sousa, Antónia Barreto e Carolina Cravo.

Referências

- Agrupamento de Escolas de Marrazes (2023). *Projeto Educativo 2022-2026*. <https://aemarrazes.com/pt/informacoes/documentos>
- Câmara Municipal de Leiria (2020). *Carta Educativa 2030 - Relatório Preliminar Agosto 2020*. https://www.cm-leiria.pt/cmleiria/uploads/writer_file/document/5059/carta_educativa_20_30__relatorio_preliminar.pdf
- Despacho normativo n.º 20/2012 do Ministério da Educação e Ciência. (2012). Diário da República n.º 192/2012, Série II.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2012). *A educação para a cidadania na Europa*. 2012. [https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7b\\$clientserverletpath%7d/?newsid=192&filename=cidadania1.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7b$clientserverletpath%7d/?newsid=192&filename=cidadania1.pdf)
- Dubet, F. & Durut-Belat, M. (2020). *L'école peut-elle sauver la démocratie?*. Editions Seuil.
- Giugliani, C., Cesa, K., Flores, E., Mello, V. & Robinson, P. (2020). A escola como espaço de participação social e promoção da cidadania: A experiência de construção da participação em um ambiente escolar. *Saúde Debate*, 44 (1), 64-78. <https://doi.org/10.1590/0103-11042020S105>
- Gómez, Á. P. (2010). Nuevas exigencias y escenarios para la profesión docente en la era de la información y de la incertidumbre. *Revista interuniversitaria de formación del profesorado*, 68, 17- 36. <https://www.redalyc.org/pdf/274/27419198002.pdf>
- InPulsar (2018). *Relatório Anual Final do Redes na Quint@-E6G (6ª geração)*. Documento não publicado.
- InPulsar (2019). *Relatório Anual Final do Redes na Quint@-E6G (7ª geração)*. Documento não publicado.
- InPulsar (2021). *Relatório Intercalar Agosto 2021 do Redes na Quint@-E8G (8ª geração)*. Documento não publicado.
- Martins, G. O., Gomes, C., Brocardo, J., Pedroso, J. V., Camilo, J., León A., Silva, L. M. U., Encarnação, M. M., Horta, M., Calçada, M., Nery, R. & Rodrigues, S. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. 2017. Ministério da Educação, Direção-Geral da Educação. http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Morin, E. (2010). *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Garamond.
- Prensky, M. (2007). To Engage, Engage With: There is no substitute for dialoging with kids about how they like to learn. *Educational Technology*, 47 (6), 64. <https://www.jstor.org/stable/44429535>
- Programa Escolhas. Disponível em <http://www.programaescolhas.pt/>
- Monteiro, R., Ucha, L., Alvarez, T., Milagre, C., Neves, M. J., Silva, M., Prazeres, V., Diniz, F., Vieira, C., Gonçalves, L., Araújo, H. Santos, S. & Macedo, E. (2017). *Estratégia nacional de educação para a cidadania*. 2017. Direção-Geral da Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf
- Silva, C. (2022). Escola pública em democracia. Para quê?. *Sociologia: Revista da Faculdades de Letras da Universidade do Porto*, 44, 28-45. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc44a2>
- UNESCO (2021). Reimagining our futures together: A new social contract for education. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707.locale=en>
- Xavier, L. G. (2015). Para além da didática: desafios da escola e do professor do século XXI. *Exedra: Didática do Português - Investigação e Práticas*. Número temático, 26-36. <http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2015/07/03-25-36-LOLA-xavier.pdf>